

A MEMÓRIA COLETIVA COMO HETEROTOPIA:

REFLEXÕES SOBRE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA
PATRIMONIALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

FERNANDA CRISTINE DOS SANTOS BENGIO, UNIVERSIDADE FEDERAL DO

PARÁ, ALTAMIRA, PARÁ, BRASIL

Psicóloga e doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (PPGP-UFPA).

Professora-doutora da UFPA/Altamira.

E-mail: fernandabengio@ymail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0184-6668>

FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, BELÉM,

PARÁ, BRASIL

Psicóloga e doutora em História Cultural pela Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho (UNESP). Professora associada II de Psicologia.

E-mail: flaviacs@gmail.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6601-0653>

MARGARETE CORDEIRO DOS SANTOS, INSTITUTO CARREIRA, BELÉM, PARÁ,

BRASIL

Licenciada em História pela Universidade do Vale do Acaraú e especialista em Gestão

Educacional do Ensino Básico e Superior pelo Instituto Carreira.

E-mail: msmargosantos@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8552-6105>

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p68-95>

RECEBIDO

12/02/2020

APROVADO

04/06/2020

A MEMÓRIA COLETIVA COMO HETEROTOPIA: REFLEXÕES SOBRE MODOS DE SUBJETIVAÇÃO NA PATRIMONIALIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA

FERNANDA CRISTINE DOS SANTOS BENGIO, FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS, MARGARETE CORDEIRO DOS SANTOS

RESUMO

Buscou-se neste artigo apresentar uma análise da memória coletiva sobre o bairro da Campina, na cidade de Belém, Pará, como uma heterotopia afirmada pela construção da Belém da Saudade que se assenta nas evocações mnemônicas da *belle époque*. A sustentação teórica e metodológica do texto foi construída a partir das contribuições de Michel Foucault, Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs e Michel Pollak. Foi traçada uma análise arqueogenológica do espaço patrimonializado, a qual foi costurada pela problematização da memória coletiva sobre ele e seus efeitos. Para dar corpo a esta pesquisa, foram trazidos recortes das entrevistas realizadas com moradores e ex-moradores de Campina. O mapeamento discursivo aponta a memória coletiva como dispositivo afetivo diretamente relacionado às práticas de cuidado com o bairro, bem como à produção de heterotopias, com seus sistemas de abertura e fechamento, que modulam os usos do espaço, bem como a relação entre os sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE

Memória coletiva. Patrimônio cultural. Subjetividade.

COLECTIVE MEMORY AS HETEROTOPIA: REFLECTIONS ON MODES OF SUBJECTIVATION IN CONTEMPORARY PATRIMONIALIZATION

FERNANDA CRISTINE DOS SANTOS BENGIO, FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS, MARGARETE CORDEIRO DOS SANTOS

ABSTRACT

This article analyzes the collective memory concerning the neighborhood of Campina, in Belém, Pará, as a heterotopia reinforced by the construction of *Belém da Saudade* which is based on the mnemonic evocations of the *Belle Époque*. The theoretical and methodological framework used was based on Michel Foucault, Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs and Michel Pollak. An archaeogenealogy of the patrimonial space was performed to verify its collective memory and effects by utilizing excerpts from interviews conducted with residents and former residents of Campina. Discourse analysis shows this collective memory as an affective device directly related to the practices of care towards the neighborhood, as well as the production of heterotopias and their opening and closing systems that modulate the use of spaces, as well as the relation between the subjects.

KEYWORDS

Collective memory. Cultural heritage. Subjectivity.

1 INTRODUÇÃO

No presente artigo buscou-se problematizar a construção da memória coletiva relacionada ao patrimônio histórico, entendendo que ambos constituem processos de produção de subjetivação que levam à reflexão sobre como os sujeitos se relacionam com os lugares da memória no bairro da Campina, em Belém, Pará. A trilha analítica parte das contribuições teóricas e metodológicas de Michel Foucault (1996, 2008a, 2010, 2015, 2013), que ajudam a pensar o espaço como dispositivo na produção de modos de subjetivação, onde se nota a construção de memórias coletivas como heterotopias, ponto que será melhor explorado adiante. A temática da memória coletiva figura aqui sob os debates realizados por Maurice Halbwachs (1990), Ecléa Bosi (1994), Nietzsche (2002, 2003) e Michel Pollak (1992). A partir da costura epistêmica efetuada, a própria memória coletiva sobre o bairro da Campina é tomada como dispositivo que modula as mais diversas relações daquele espaço.

Para dar corpo a essas análises, foram trazidos recortes de entrevistas semiestruturadas realizadas sobre o bairro da Campina e seu aspecto patrimonial junto a moradores e antigos moradores do bairro, porém que ainda o frequentavam assiduamente. É oportuno mencionar que se trata de recorte de pesquisa de doutorado, a qual obteve parecer favorável do Comitê de Ética para sua realização, conforme orientações do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Observa-se ainda que o texto em tela foi realinhado a partir da

colaboração das coautoras na perspectiva de ampliar e enriquecer o debate sobre memória e cidade. Assim, tomou-se como caso de análise parte do centro histórico de Belém, nos limites do bairro da Campina, marcado pelas transformações urbanas dos séculos XIX e XX, cujos principais expoentes foram a *belle époque* e as práticas higienistas associadas às reconfigurações dos espaços públicos e privados dos referidos séculos.

Tendo tais elementos como vetores da política patrimonial material em Belém, apresenta-se o bairro da Campina, que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em 2011, conforme ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Esse bairro deixa transparecer elementos do período colonial brasileiro, apesar deles serem mais visíveis no bairro vizinho, denominado Cidade Velha. As características arquitetônicas de Campina possuem traços acentuados do neoclassicismo, fazendo com que o centro histórico de Belém – composto, sobretudo, por Campina e Cidade Velha – seja um mosaico de diferentes tempos, trançando percursos singulares e coletivos dos sujeitos que com ele se relacionam.

Malheiros (2013, p. 911) salienta que

a estrutura urbana revela nas ruas, muros e monumentos a própria história da cidade aí vivida, principalmente por meio dos diferentes materiais, técnicas construtivas e estilos arquitetônicos e artísticos.

O espaço denominado bairro da Campina abarca uma gama de narrativas individuais e coletivas, as quais podem ser vistas e ouvidas ao percorrer suas ruas, olhar os seus prédios e atentar para os sujeitos que se relacionam com o bairro, de forma mais ou menos duradoura e permeada por múltiplos interesses. Tais elementos vão ao encontro do discurso oficial sobre a cidade, no qual há a construção da Belém da Saudade, porém salientam uma cidade que “foi” bonita, rica e movimentada culturalmente em detrimento de um presente sombrio e decrépito.

Por esses meandros foi sendo tecida a narrativa da patrimonialização do centro histórico de Belém, em especial do bairro da Campina, como espaço que guarda parte da memória da fundação da urbe e da modernização desta em articulação com a exploração do látex no estado do Pará. Os casarios de portas altas e igrejas seculares misturam-se às edificações neoclássicas e àquelas com intervenções que remontam ao século XXI.

O mosaico arquitetônico que compõe o centro histórico de Belém sinaliza as marcas das transformações urbanas pelas quais ele passou, destacando-se aquelas de caráter higienista.

A sanitização do espaço público foi um dos principais objetivos do higienismo em cidades ocidentais – a exemplo do Rio de Janeiro, Paris, Belém –, que teve entre seus efeitos a “limpeza” das classes populares dos centros urbanos, uma vez que estas representavam um “perigo” para a nova ordem estabelecida, com suas casas imundas e hábitos nada higiênicos. Com esse argumento, foram realizadas em Belém demolições das moradias das classes pobres para que, enfim, a cidade respirasse e se “purificasse”, afastando a população pobre para longe do centro urbano e criando um espaço de aglomeração periférico. A partir dessa reorganização, o espaço urbano de Belém foi modernizado, tendo como modelo a reforma urbana europeia contemporânea à *belle époque* belenense (ORTIZ, 1985). A nova dinâmica estrutural urbana de Belém teve como indicadores a implantação de sistema telefônico, iluminação pública, redes de esgoto, água potável, abertura de grandes avenidas e a profilaxia das doenças que assolavam a cidade.

Tal fato materializou-se com a construção de suntuosos prédios públicos e particulares no estilo neoclássico, ampliação da malha urbana e, por fim, a modificação dos hábitos e costumes cotidianos de sua sociedade. Ainda assim, a população pobre belenense manteve forte relação com o bairro da Campina, uma vez que ali concentrava-se o centro comercial da cidade e a área portuária. Dessa forma, a “limpeza urbana” que buscou retirar do centro a parcela empobrecida dos moradores não se deu de forma homogênea.

Pode-se afirmar que a complexidade da vida cidadina denota as tramas das relações de saber-poder e de resistência, ambas impressas nos usos e contrausos dos espaços em seus aspectos laboral, de lazer e cultural. O espaço patrimonializado é atravessado por esse intricado embate de forças, tendo na memória elemento de grande valor para sua constituição como dispositivo que modula as relações entre os sujeitos. Destarte, cabe situar melhor a conexão entre patrimônio e memória dentro do recorte analítico deste estudo.

2 TEIAS DA MEMÓRIA

Patrimonializar costumes e objetos sugere a importância de preservar determinadas memórias. Nessa direção, o patrimônio tombado é um documento-monumento,

uma montagem, efeito dos jogos de saber e poder inerentes às sociedades históricas que se configuraram a partir do século XIX no Ocidente. A importância do monumento à memória coletiva reside na sua característica de perpetuação, que se liga ao poder das sociedades históricas (LE GOFF, 2003).

Para Le Goff (2003), a memória está intimamente relacionada aos monumentos e documentos da história. Os monumentos possuem caráter rememorativo e marcam determinados fatos históricos; e os documentos, considerando sua noção ampliada conforme a terceira fase dos Annales¹, são construções sobre os acontecimentos que ocorrem em meio a batalhas pela afirmação de determinadas verdades.

Venson e Maria Pedro (2012) concebem a memória como uma prática discursiva, a qual produz efeitos de verdade. Portanto, é importante situar a construção da memória coletiva no âmbito do complexo jogo de interesses e disputas políticas que produzem modos de subjetivação. Diante disso, traçar uma análise arqueogenealógica possibilita problematizar processos de seleção discursiva e relações de poder e saber que envolvem a construção da memória coletiva.

Para Barros (2009), memória está além de um espaço inerte. O autor sublinha a importância da memória para a constituição de grupos, a qual pode ser considerada “espaço vivo, político e simbólico” (BARROS, 2009, p. 37), instituindo territórios em movimento. Desse modo, ele critica as afirmações sobre memória que a tomam por estática.

Maurice Halbwachs (1990), autor que teve grande relevância para que a memória coletiva fosse considerada objeto de estudo, não nega a existência ou importância da memória individual. Seu ponto é chamar a atenção às reminiscências situadas “na encruzilhada das malhas de solidariedades múltiplas dentro das quais estamos engajados” (HALBWACHS, 1990, p. 6) e que suscitam as memórias individuais.

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as

1. Conforme Burke (1991), Escola dos Annales foi um movimento que transformou a historiografia francesa, influenciando fortemente a historiografia brasileira. Este movimento constitui-se de três fases: a primeira caracterizou-se pela escrita de uma história factual; a segunda fase, ao propor novos métodos de pesquisa como a história serial, engendrou a escrita de uma história de longa duração; já a terceira fase, ou nova história, baseia-se em paradigmas socioculturais, valorizando o cotidiano de uma dada sociedade.

relações que mantenho com outros meios. [...] Dessas combinações, algumas são extremamente complexas. É por isso que não depende de nós fazê-las reaparecer. É preciso confiar no acaso, aguardar que muitos sistemas de ondas, nos meios sociais onde nos deslocamos materialmente ou em pensamento, se cruzem de novo e façam vibrar da mesma maneira que outrora o aparelho registrador que é nossa consciência individual [...]. A sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos, isto é, em definitivo, pelas transformações desses meios, cada um tomado à parte, e em seu conjunto (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Portanto, entende-se que a memória coletiva não pode ser definida como acontecimento linear ou simples sucessão de eventos narrados individualmente por diferentes sujeitos, pois sua emergência ocorre em condições específicas, por mecanismos que dependem do acaso e do contato dos sujeitos entre si e com o espaço e sua multiplicidade.

Um contato interrompido por motivos diversos atua no processo de esquecimento, processo que compõe a construção das memórias. Para Halbwachs (1990), lembrar-se ou julgar que se lembra não denota necessariamente haver vivido o fato mnêmico, uma vez que a memória individual se conduz pela coletividade. Diante de tal enunciado, cabe perguntar: qual a memória esquecida do bairro da Campina? Que relações foram interrompidas naquele lugar? Ou, ainda, o que se rememora tão fervorosamente naquele bairro por meio das múltiplas relações que os sujeitos vivenciam?

A pluralidade da memória coletiva se constitui pelos diferentes ambientes pelos quais os sujeitos circulam, ou seja, pelos espaços de socialização que mudam ao longo do tempo. Ao tratar da memória e socialização, Bosi (1994) dá como exemplo a criança, que está em contato com diferentes grupos/gerações/classes, os quais transmitem os acontecimentos cotidianos, políticos, sociais, sem qualquer ajustamento ao mundo da criança, perspectiva que leva em conta haver níveis de entendimento diferenciados. A socialização pensada em duas vias – histórica e política – produz feitos de identificação e/ou projeção com elementos do passado tão intensos que podem ser vivenciados como herdados (POLLAK, 1992).

É graças a esta “outra socialização”, à qual a psicologia tem dado pouca atenção, que não estranhemos as regiões sociais do passado: ruas, casas, móveis, roupas antigas, histórias, maneira de falar e de se comportar

de outros tempos. Não só não nos causam estranheza, como, devido ao íntimo contacto com nossos avós, nos parecem singularmente familiares (BOSI, 1994, p. 74).

Bosi (1994) refere-se à condição da velhice nas sociedades industriais, mas é uma discussão que cabe bem à atualidade, assim como é admissível em uma reflexão acerca da condição da cidade e de seus elementos, que perdem características físicas e relacionais outrora consideradas modernas. A intersecção entre a novidade e o já conhecido denota a importância de uma continuidade imaginada que é experienciada pelos sujeitos. O familiar como dispositivo de transição é acrescido à memória coletiva, que se constrói tanto por narrativas orais quanto pelo espaço.

Esse não lugar como interstício de passagem é problematizado por Hall (2011), que questiona as fronteiras imaginadas do Estado-Nação e sua relação com a modernidade. O movimento aí encontrado parece ser sempre o impulso contido de avanço ao futuro, como se este fosse a terra prometida da modernidade. E a necessidade de construir estratégias de afirmação identitárias que delimitariam territórios físicos e existências, na rememoração do passado glorioso e os desdobramentos desse movimento, encontram na invenção de semióforos as fronteiras que definiriam identidades nacionais, locais, etc. Contudo, cabe sublinhar que as fronteiras, conforme Augè (2010), são dotadas de mobilidade, portanto, estão a se redesenhar conforme as tensões produzidas pelas relações de saber e poder em cena.

A crítica de Foucault (2010) à busca da memória realizada reside, principalmente, no intento de se buscar a reconstrução de um passado, afirmando a história apenas como continuidade. Tal perspectiva incide sobre os efeitos de narrativas homogêneas, considerando, sobretudo, as relações que passam a ser pautadas entre os sujeitos, ou seja, efeitos que informam determinados processos de subjetivação. Destarte, Nietzsche (2003) convida seu leitor a refletir sobre o excesso de memória e seus desdobramentos. A princípio, faz considerações a respeito do valor e da falta de valor da história, tendo em vista o viver do animal em contraposição ao do homem:

Assim, o animal vive a-historicamente: ele passa pelo presente como um número, sem que reste uma estranha quebra. Ele não sabe se disfarçar, não esconde nada e aparece a todo momento plenamente como o que é, ou seja, não pode ser outra coisa senão sincero. O homem, ao contrário,

contrapõe-se ao grande e cada vez maior peso do que passou: este peso oprime ou o inclina para o seu lado, incomodando os seus passos como fardo invisível e obscuro que ele pode por vezes aparentemente negar (NIETZSCHE, 2003, p. 8).

Para o autor, poder esquecer é sentir a-historicamente e isso é felicidade. Assim, quem nunca esquece, não pode ser feliz. É possível viver sem quase lembrar, mas não sem nunca esquecer – e esquecer é um processo inerente à saúde de um indivíduo. O a-histórico permite que a vida se produza sozinha. O esquecimento é um “poder ativo” que mantém “a ordem física, a tranquilidade, a etiqueta. Donde se colige que nenhuma felicidade, nenhuma serenidade, nenhuma esperança, nenhum gozo poderia existir sem a faculdade do esquecimento” (NIETZSCHE, 2002, p. 28). O homem, quando se deixa afetar pelo passado em demasia, produz o excesso de história, cristaliza o processo de produção da vida.

A crítica à história e à memória efetuada por Foucault (2010) junto às leituras que ele fez de Nietzsche aponta uma outra forma de fazer história. Conforme Foucault (1999), era imprescindível partir de uma lógica que permitisse construir uma contramemória, desalojando posições hierárquicas de saberes e das práticas de poder por eles sustentadas. Nessa direção, busca-se “A reativação dos saberes locais – ‘menores’, talvez dissesse Deleuze – contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos” (FOUCAULT, 1999, p. 15-16). Não é o caso de lutar contra conteúdos ou métodos, porém, contra os efeitos de práticas de poder firmadas em discursos científicos (FOUCAULT, 1999), para, enfim, construir estratégias capazes de contar outras narrativas, conforme a historicidade das lutas. Esse tipo de olhar sobre os acontecimentos aponta para a problematização destes, longe de se negar o processo histórico ou silenciar os acontecimentos que constituem a memória coletiva.

3 CONTRAMEMÓRIA, RAZÃO DE ESTADO E RACISMO DE ESTADO

A temática da memória tem sido amplamente abordada em seus aspectos biológicos e informacionais, pensando-se em seus múltiplos usos. No entanto, outra análise possível é uma que problematiza os aspectos da memória que perpassam a razão de Estado e racismo de Estado. Cabe salientar que

razão de Estado é diferente de Estado. Este último indica a dominação sobre os povos, e aquela é o que permite a afirmação do Estado (FOUCAULT, 2008b), ou seja:

O Estado é ao mesmo tempo o que existe e o que ainda não existe suficientemente. E a razão de Estado é precisamente uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar. A arte de governar deve então estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever-ser do Estado tornar-se ser (FOUCAULT, 2008a, p. 6).

O racismo de Estado atua em conformidade com determinada razão de Estado. Dussel (2004, p. 50) enfatiza que, para Michel Foucault, o debate sobre o racismo não se centra em uma raça em particular, porém, “buscou rastrear a emergência do racismo como saber ‘baixo’, perigoso, que deveria ser domesticado e sujeitado como *razão de Estado*”.

A partir do século XVIII, quando as sociedades ocidentais modernas se voltam à ideia de espécie humana, enfatiza-se o caráter biológico, o que se torna mais agudo durante o século seguinte, levando à coexistência de duas noções de raça: uma biológica, a qual emerge antes de Darwin, e a outra que se constitui como racismo biológico-social, a qual “suprimiu a ideia da luta de duas raças em favor da noção de desdobramento ou desenvolvimento de única e só raça numa super-raça e numa sub-raça” (DUSSEL, 2004, p. 53). Ainda conforme Dussel (2004), esse desdobramento implicou uma interiorização do discurso, em que não se buscava mais exterminar as outras raças, mas segregá-las por meio do dispositivo da normalização. E, nessa direção, o discurso de defesa da sociedade contra os perigos biológicos passa a ser organizado pelo Estado, alterando profundamente a organização do espaço público. Como exemplo de tal acontecimento, pode-se citar a reforma urbana belenense ocorrida durante os séculos XIX-XX com a intensa transformação desse espaço:

por meio da sistemática construção de praças públicas, parques, pavimentação das ruas e o aterramento de áreas alagadas, obras que alteraram profundamente o cenário urbano de Belém, onde foi dividida por bairros, comerciais, residenciais, industriais e de serviços, tornando-se atraente para quem morava e quem a visitava “Uma cidade cosmopolita”. Houve um melhoramento do perímetro urbano: com a iluminação

elétrica, a atração animal foi substituída por bondes elétricos, avenidas imponentes e praças ajardinadas (PERROT, 1988. p. 124).

Outro fato marcante em tal processo de normalização reside na intensa aplicação do Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém, de 1891. A criação deste código foi a mais importante na intendência de Antônio Lemos², e seu poder policial vai caracterizar a manutenção da ordem e a organização da cidade. Antônio Lemos cercou a sociedade belenense de instituições que regularizavam toda e qualquer ação dos indivíduos, tanto no espaço privado quanto no público. O Código de Polícia Municipal visava normalizar a sociedade em seus pequenos hábitos cotidianos e citadinos por meio de dispositivo de normatização. O intendente tinha a convicção de que as leis impediriam em grande parte as transgressões dos munícipes. Como primeiro passo para evitar um grande número de transgressões, o intendente fez a impressão do Código de Postura, distribuindo-o à população de todas as classes. As informações de como os cidadãos deveriam se comportar diante do conhecimento das leis faria com que, consequentemente, muitas das transgressões fossem evitadas.

A memória coletiva ligada à razão de Estado pode ser pensada sob a ótica de práticas arquivísticas próprias da patrimonialização. A disposição dos elementos sociais pelo viés da normalização se detém adstrita à patrimonialização ao informar sobre práticas discursivas e não discursivas que se tornaram modelos do que deveria ser conservado e preservado pela política patrimonial. Pode-se citar ainda como efeito dessa relação a regulação, promovida pela legislação, das “posturas” que os sujeitos deveriam manter no espaço público. Por esse motivo, afirma-se que a memória é formada por teias de interesses, e em relações de saber e de poder que produzem assujeitamentos específicos sob a lógica de acautelamento de determinados modos de ser.

Os sinais dessas lutas podem ser percebidos na objetivação das práticas de determinados grupos como simples folclore ou cultura popular, uma tentativa de dispersar a força de resistência deste tipo de saber considerado muitas vezes desimportante, inverossímil ou banal no âmbito do racismo

2. Antônio Lemos foi um dos mais icônicos intendentess de Belém. Responsável pelas principais reformas urbanas ligadas à *belle époque*, esteve no governo da cidade entre 1897 e 1911.

de Estado. Ademais, a construção de um Brasil cristão e branco, além de poder ser vista nas práticas de patrimonialização, especialmente durante o século XX, possui ressonâncias nos dias presentes, com a destruição de terreiros pelo Brasil afora. É oportuno lembrar que, durante o século passado, a relação entre educação e cultura foi bem mais estreita, e que os preceitos higienistas e eugenistas eram bastante intensos nas práticas de governo das condutas, pois se almejava a criação de um novo homem, que viabilizasse a construção de uma nova nação e estivesse de acordo com os ideais desta. Nesse panorama, a “guerra das raças” buscava a desqualificação de determinados saberes em prol de outros.

Ocupar-se do debate sobre o racismo de Estado neste cenário favorece pensar a relação deste como os espaços patrimonializados e a construção de memórias. Quanto a isso, é importante sublinhar o que Halbwachs (1990, p. 100) declara acerca do espaço e memória coletiva:

não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças.

Tomando como objeto de análise a memória acerca do bairro da Campina, observa-se que os discursos que o objetivam como Belém da Saudade partem da rememoração de um suposto passado glorioso da Belém da *belle époque*. Essa objetivação do bairro produz outras ressonâncias no cotidiano dos sujeitos que se relacionam com aquele espaço e atravessam o objeto Belém da Saudade: o cuidado com o espaço, a luta pela preservação patrimonial, as práticas higienistas. Todos estes elementos constituem “territórios existenciais” (GUATTARI, 1992, p. 19).

O engendramento de tais territórios e existências ocorre entre os encontros dos corpos dos sujeitos e desses com a cidade em sua condição material e imaterial modulada pela multiplicidade do tempo ali contida. Halbwachs (1990, p. 92) afirma que “o lugar recebeu a marca do grupo, e

vice-versa”, considerar esta perspectiva na produção da memória coletiva é de grande relevância para que se possa compreender determinadas relações sociais no recorte da cidade patrimonializada.

Na complexidade das relações sociais, os espaços marcam e são marcados a partir de aspectos sócio-históricos que conformam os modos como os sujeitos lidam com os lugares e entre si. A estreita relação que Campina possui com a prostituição sinaliza essa sincronicidade, prática atualizada no cotidiano do bairro por meio das memórias narradas e por mulheres que ainda exercem tal atividade pelas esquinas do bairro. Nessa perspectiva, algumas ruas e esquinas de Campina permanecem na memória e nos modos de fazer dos sujeitos como espaço proibido, como uma heterotopia³. Esse processo remete à presentificação, evento por meio do qual a memória se liga ao atual, pois, conforme explica Ulpiano (1995), o fato lembrado torna-se atual, pois o ato de lembrar ocorre sempre no presente, ou seja, sua forma se dá somente no “presente do tempo”. Tal efeito, ao ser analisado sob o enquadramento da memória coletiva, apresenta possibilidades de ampliar o debate sobre a cidade patrimonializada e a construção da memória coletiva e seus efeitos em determinadas relações sociais.

O bairro da Campina, espaço de interesse deste estudo, possui parte de seu território reconhecido popularmente como bairro do Comércio⁴, devido à função socioeconômica daquele recorte geográfico onde se concentra parte da atividade comercial da capital paraense. Contudo, persistem em seu cotidiano iniciativas de caráter público e privado ligadas à cultura e à arte que caracterizaram parte do passado glamoroso da urbe belenense, experimentado durante o ciclo da borracha.

Assim, buscou-se recortar algumas séries discursivas produzidas a partir de entrevistas realizadas no ano de 2017 com moradores do bairro da Campina e um ex-morador. Este último, apesar não residir mais no bairro, ainda possuía relação intensa com ele por manter ali atividade de trabalho e militância cultural. Dentre os moradores, destacamos que dois,

3. Conforme Michel Foucault (2013, p. 20), heterotopias são os contraespaços utópicos, aqueles situados em “lugares reais fora de todos os lugares”. O autor afirma ainda que em nossa sociedade, as heterotopias passaram a ser espaços do desvio, conforme os processos de normalização vigentes. Para além de heterotopias do desvio, consideram-se criação de “espaços outros”, espelhamentos aptos a projetar duas realidades sincronicamente.

4. Destacamos que oficialmente não existe bairro do Comércio na cidade de Belém.

dos cinco entrevistados, têm suas narrativas associadas a estabelecimentos comerciais que fazem parte do projeto Circular Campina-Cidade Velha, no qual ambientes ligados às artes em geral, gastronomia, atividades culturais e valorização do patrimônio cultural, a cada dois meses, abrem suas portas aos domingos, além de contar com venda de rua de alimentos e outros produtos culturais⁵.

O contato com os entrevistados deu-se por indicação. Nesta direção, o primeiro sujeito foi abordado de forma espontânea e indicou um segundo e assim sucessivamente. Os sujeitos ligados a espaços comerciais foram abordados por meio de suas redes sociais.

A construção das narrativas analisadas partiu de um roteiro semi-estruturado, que possuía duas versões, sendo uma voltada aos que se enquadravam na condição apenas de moradores. Nesta buscou-se explorar a relação dos sujeitos com o bairro, tendo como foco as lembranças evocadas por eles, as relações com o espaço patrimonializado da Campina e com o projeto Circular. O roteiro voltado aos sujeitos representantes dos espaços comerciais se dedicou à relação do projeto com a prática de preservação patrimonial e seus desdobramentos, porém também procurou dar vazão às lembranças evocadas pelo espaço físico da Campina, sobretudo pelos seus estabelecimentos comerciais. Os roteiros não previam perguntas ligadas à orientação sexual, renda mensal, nível de escolaridade ou declaração de raça e gênero, de modo que as descrições contidas neste texto, como raça/etnia e sexo, são apenas inferências. Ressaltamos ainda que a pesquisa passou por tramitação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Complexo Hospitalar da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 68087417.7.0000.0017.

Para melhor compreensão das relações que se busca estabelecer entre memória e heterotopia, segue resumida apresentação dos sujeitos entrevistados, porém, considerando que “sujeito”, conforme Foucault (2010), é uma posição que se ocupa ao sabor da luta das forças em cena. Nesta direção, não interessou analisar os indivíduos e marcá-los como essências, mas interrogar o modo como o espaço agencia incessantemente modos de ser forçados de forma precária, o que nos permitiria visualizar relações de

5. Para maiores detalhes acessar o sítio: <https://www.projetocircular.com.br/>.

forças que tocam a temática do patrimônio cultural, memória e cidade.

3.1 Os sujeitos

Ro, ex-morador, homem negro, idade entre 45 e 50 anos, sexo masculino, morou na Campina durante dez anos aproximadamente e, apesar da mudança de endereço, continuava frequentando o bairro a partir de interesses privados, alguns ligados à preservação patrimonial e acesso à cidade, atuando junto a amigos que residiam no bairro e que desenvolviam ali atividades de inclusão social e cultura.

R, morador do bairro há mais de 30 anos, negro, sexo masculino, entre 55 e 60 anos de idade, também guarda profunda relação com a temática do patrimônio cultural, arte, meio ambiente e inclusão social.

V, sexo feminino, negra, entre 20 e 25 anos de idade. À época das entrevistas residia naquele espaço há pouco mais de dois anos, vinda de um bairro da grande Belém considerado, pelas instituições governamentais, periférico, populoso e perigoso. A narrativa apresentada pela entrevistada sinalizou o desconhecimento das atividades culturais, artísticas e gastronômicas que acontecem no bairro, a despeito da agregação destas atividades no projeto Circular Campina-Cidade Velha, que acontece desde junho de 2015. Deduz-se que este desconhecimento está mais relacionado a um sentimento de não acolhimento em tais espaços do que ao desconhecimento da movimentação cultural no bairro. A entrevistada apontou um “nó” naquele bairro que toca no cerne do direito à cidade, sob a forma das fronteiras invisíveis que marcam os territórios e são definidas por classe social e raça, sobretudo.

A, sexo feminino, branca, entre 25 e 30 anos de idade, à época, morava há mais ou menos dois anos no bairro, contudo, sua relação com aquele território já existia antes de mudar-se. Ela relatou, que decidiu viver ali, mesmo conhecendo todas as mazelas que acometiam o local (e que ainda persistem), por sentir uma forte ligação com a Campina, estabelecendo então uma relação amorosa e, conseqüentemente, de cuidado com o bairro.

Outros trechos de entrevistas dizem respeito a dois donos de estabelecimentos comerciais que à época faziam parte da rede Circular Campina-Cidade Velha. Neste ponto algumas questões do roteiro semiestruturado foram diferentes daquele estabelecidos para os sujeitos “moradores

e ex-moradores”, uma vez que se buscava explorar a relação do projeto Circular com a temática da preservação do patrimônio cultural. Porém, é oportuno sinalizar que os representantes dos estabelecimentos comerciais também residiam no bairro há mais de 20 anos.

Por conseguinte, as séries a seguir informam como esses acontecimentos têm sido vividos por estes sujeitos que se relacionam cotidianamente com o bairro da Campina, assinalando-se os afetos como força de encontros que marcam a transição dos corpos em diferentes disposições.

3.2 Memórias, ruas e afetos

[...] Riachuelo, eu acho que é a Riachuelo, tem umas senhoras que se prostituem lá. Égua, é muito, é muito foda. Eu passo ali de noite, às vezes eu tô [sic] vindo de festa e tal, restaurante, bar, sei lá, e é o caminho que o Uber faz, tem que ser aquele porque a rua é contramão às outras e ela tá [sic] sempre lá na esquina. Um dia com uma muda de roupa, no outro dia com outra e já é uma senhora assim, de 50 anos, sabe? Égua, é muito triste [...]. Então, enfim, eu sempre vejo duas senhoras, mais frequente umas e outras jovens também, eu sempre acho muito... que tem um prostíbulo lá que é boca de fumo também, na mesma rua da minha casa e o pessoal acaba ficando muito por ali e ela tá [sic] sempre naquela esquina (A).

Foi no início de 70 que derrubaram aí pra [sic] fazer esse estacionamento e fazer uma escola para os filhos das prostitutas, que nunca aconteceu (R).

Então, se tão [te] vendo ali, tão tá [sic] ali, é porque também tá [sic] fazendo coisa errada. Tem uma grande diferença dessa parte dessa rua aqui, porque da Riachuelo para o outro lado de lá da igreja, não tem problema nenhum lá, é considerado bairro de família. Rua de família (V).

Como falei pra [sic] você, na década de 50 pra [sic] cá Alacide Nunes acaba com essa zona oficial do meretrício, mas antes toda elite de Belém vinha para cá e as moças de família e mulheres nem passavam por aqui, então coloquei o nome de Corredor Polônês para manter a história daquilo que querem esquecer, daquilo que não querem falar, daquilo que a cidade esconde, joga pra [sic] debaixo do tapete, que é a cidade de Belém (R).

Então, o fato dela [circulante]⁶ sair da casa dela e vir pro [sic] bairro da Campina é pra [sic] ela olhar o bairro da Campina, pra [sic] ela passear pelas ruas da Campina e olhar o patrimônio histórico que tá [sic] aqui e que tá [sic] dilapidado e que precisa ser cuidado. Então, esse é o grande motivo, de tentar fazer com que a gente tenha uma cidade melhor (D).

Essas redes são territórios existenciais completamente distintos, por conta de trajetórias diferenciadas, mas que possuem como ponto de encontro o fator histórico do lugar que habitam. A construção de tais relações perpassa a memória coletiva, que apresenta brechas pelas quais escapam contramemórias, ainda que a construção coletiva mnemônica seja atravessada pela razão de Estado e seus mecanismos de normalização. Nota-se essa complexidade ao se visualizar os diferentes afetos marcados nas falas dos sujeitos que com Campina se relacionam: o cuidado com a cidade por meio da patrimonialização; o pesar pelas mulheres que se prostituem e ficam expostas à noite da municipalidade; a reafirmação de que determinados grupos não são perseguidos e mortos como outrora, mas de alguma forma são impostas a estes maiores dificuldades para acessar determinados direitos; quando habitar determinado espaço dentro do bairro pode ser tomado como indicação a terceiros de que o sujeito exerce ali atividades tomadas por ilícitas e/ou imorais. Na constituição dessas relações, vão sendo tecidas vidas desqualificadas por um racismo de Estado que atravessa as relações entre o espaço e a memória.

Dessa maneira, é oportuno sublinhar que a memória coletiva impõe insistentemente afetos, os quais são forças que atravessam as “formas-sujeitos” e as submetem aos sentimentos, criando encontros, movimentando campos de força (ALBUQUERQUE, 2015). É assim que eles se tornam elementos característicos da construção da memória coletiva.

Pollak (1992) explica que a memória parece ser algo individual que, porém, deve ser tomado por um fato coletivo, estando submetida a mudanças constantes. Assim, ele indica o problema do registro datado na memória a partir das vidas pública e privada com um exemplo de mulheres da Normandia que passaram pela Segunda Guerra Mundial. Como donas de casa, elas tinham precisão das datas referentes a acontecimentos

6. Refere-se ao projeto Circular Campina-Cidade Velha, no qual espaços ligados às artes em geral, gastronomia e patrimônio cultural, a cada dois meses, abrem suas portas aos domingos. Para maior detalhes acessar o sítio: <https://www.projetocircular.com.br/>.

privados, enquanto os acontecimentos públicos eram lembrados de forma vaga. Pollack (1992) aponta de igual modo uma experiência inversa, com pessoas públicas, na qual quase não houve especificidade em eventos privados com mais precisão nos eventos públicos:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória do povo (POLLAK, 1992, p. 203).

O elemento de separação das memórias que são legitimadas ou não avança no debate da memória coletiva, sublinhando que o caráter imaterial as congrega, é acionado por disputas políticas que ocorrem perante uma razão de Estado. Para Coelho (1992, p. 5),

as ruas são, de uma maneira muito própria, lugares da memória coletiva de uma sociedade, são emblemas que identificam certas pulsações sociais que levam as municipalidades a emprestar estes e não aqueles nomes às ruas.

Sinalizando a profundidade de tais disputas, é oportuno ressaltar como algumas datas são insidiosamente incluídas no cotidiano da população, seja por meio de feriados, seja em nomes de ruas, alcançando *status* de monumento, apesar de isso não ocorrer de modo hegemônico.

Pinto (2011) enfatiza que a formação da memória, em especial a colonial, é inseparável da história colonial. Essa afirmação induz à reflexão sobre as memórias coletivas forjadas por histórias que se propõem hegemônicas. Entretanto, Pollak (1992) chama atenção para as memórias dissidentes que se contrapõem às que tentam se impor como hegemônicas – estas são abarcadas por mecanismos institucionais, como museus, bibliotecas, memoriais, funcionários e demais arquivos. As memórias dissidentes também são criadas no cotidiano dos sujeitos, à revelia da memória hegemônica situada dentro de uma razão de Estado.

As ações dos sujeitos envolvidos na construção da memória coletiva sobre o bairro da Campina delineiam modos de subjetivação de si operados de maneiras distintas. Isso se dá em função de acontecimentos situados no processo de experimentar o bairro e suas sinuosidades. Tais questões interseccionam-se com a patrimonialização, pois esse ato abrange as memórias que se acomodam em fotos, praças e vias públicas, sendo ativadas e reconstruídas pelo espaço.

É oportuno sublinhar que a análise genealógica desses elementos aponta as discontinuidades no processo de construção da memória coletiva sobre o bairro da Campina, apesar de reconhecer a continuidade na construção da memória sobre esse lugar, uma vez que o enquadramento teórico-metodológico não nega a existência da continuidade dos processos históricos. Entende-se, portanto, que a memória – coletiva, individual, hegemônica ou dissidente – impõe em seu processo de constituição a continuidade, mesmo incorporando a ideia de mudança, produzindo a familiaridade com o velho, fato apontado por Bosi (1994).

A compreensão da razão de Estado como elemento organizador de determinadas práticas de poder na construção da memória coletiva viabiliza o deslocamento de objetos naturalizados, os quais legitimam a posição de subalternidade que alguns sujeitos são levados a ocupar, denotando as disputas pela afirmação de verdades. Esse jogo valorativo da verdade emerge como ponto crucial nos debates de Foucault a propósito das formas de subjetivação, discussão herdada de Nietzsche.

Nietzsche (2002), por sua vez, delinea alguns questionamentos sobre a verdade no campo das ciências e da metafísica, pois tais campos tomam a verdade como evidência da vida, desconsiderando o jogo valorativo que a permeia, universalizando a verdade. O desenrolar da vida estabelece os valores e as morais aparecem como configurações do poder. Desse modo, considera-se que existem diferentes tipos de moral. Nesse ponto, é possível encontrar pistas para uma desnaturalização dos valores, das tradições, da patrimonialização e – por que não? – da memória coletiva. Esse filósofo trata dos usos da palavra “boa”, apontando que, em um primeiro momento, ela esteve relacionada ao costume, depois, houve esquecimento desse costume, seguido da associação com a utilidade e, por fim, com o erro. “E tudo para servir de base a uma apreciação que até hoje parecia privilégio dos homens

superiores” (NIETZSCHE, 2002, p. 3), de tal forma que é importante ter em vista a intencionalidade dos “homens distintos”, que julgam “boas” as suas ações, das quais provém o direito de nomear. De modo sucinto, o termo “bom” remete à autodenominação que cria automaticamente um conceito oposto:

A questão de quanto vale esta ou aquela tábua de valores, esta ou aquela “moral”, pode ser examinada sob todos os pontos de vista mais diversos, e o mesmo digo da finalidade dos valores. Uma coisa que teria grande valor para a conservação de uma raça, poderia não o ter se se tratasse de criar um tipo superior. O bem da maioria e o bem da minoria são dois pontos de vistas completamente opostos (NIETZSCHE, 2002, p. 25).

Candiotto (2010, p. 50) explica que o que comumente se denomina verdade decorre de “efeito de vontade de verdade (histórica) observada na articulação entre estratégias de poder e tecnologia de saber”. Em meio a essa articulação, determinados discursos se tornam científicos, na mesma medida em que outros deixam de ser classificados dessa maneira. A multiplicidade dos discursos sobre a Campina sublinha a vontade de verdade que atravessa a constituição da memória coletiva sobre o bairro, visto que existe um discurso oficial que se apropria de suas memórias, partindo da *belle époque*, e afirma uma Belém da Saudade, além da memória sobre o bairro ligada à prostituição, ao comércio, ao teatro e cinema, ao processo de modernização da cidade etc. A constância desse embate coloca em perspectiva ideias como preservação e “requalificação urbana”.

4. MEMÓRIA E HETEROTOPIAS

O espaço como meio relacional do sujeito é um ambiente dotado de forças que se movimentam em variadas direções, irrompendo em diferentes configurações de relação entre os sujeitos e o espaço. Para além dos embates políticos pelo direito à memória, e, certamente, levando em conta os filtros discursivos em cena na questão patrimonial, as memórias se formam precariamente em cada grupo ou sujeito a respeito do lugar e dos bens tombados ou registrados, fazendo com que ocorram variações nas relações estabelecidas entre sujeitos e objetos patrimonializados. A produção das diferentes memórias – em movimento – sobre bens patrimoniais possui profunda relação com os afetos. Tal expediente se desenrola no bairro da

Campina por suas ruas e travessas, como pode ser notado nas séries destacadas a seguir.

4.1 Memória e heterotopias

A casa foi construída no final do século XIX por uma família judaica. Depois, em 1924, ela foi comprada por uma família de portugueses, onde ela sofreu a primeira intervenção, e na década de [19]60, final da década [19]60, [19]68 mais ou menos, os meus avós compraram, o Antônio e a Joana, que leva o nome do restaurante, o Dona Joana. E a mina avó veio a falecer dentro desta casa, no ano de [19]83. Aí de [19]83 a mais ou menos (é...) [19]84, um ano depois do falecimento dela até a abertura, em 2009, nós começamos o restauro da casa, ela ficou fechada esse tempo todo (*D.J.*).

O *D.J.* é muito mais do que... ele não é um restaurante. Ele é um espaço gastronômico, mas ele é muito mais do que isso. Ele conta a história... annn, ele é um resgate – como falei pra [sic] você – ele conta as memórias da família, a história da casa e essa, digamos assim, esse braço gastronômico apenas agrega valor, na verdade. Mas é interessante. A gente tá [sic] aqui no centro histórico e de alguma forma nós estamos contribuindo pra [sic] que essa memória de Belém também seja resgatada (*D.J.*).

A lembrança mais bonita que eu sempre tinha do bairro é, vou lhe dizer: eram as... era quando chegavam as mulheres novas no bairro, né. Na época a gente era adolescente, a gente jogava bola ali no Bailique, ficava sentado aqui... quando chegavam umas meninas novas do Bairro, nossa! Os nossos olhos brilhavam (*Ro*).

Uma história que eu digo de “não vivência”, vivência entre aspas, porque são da memória da minha mãe falando: “Olha, esse bairro é proibido, tu não pode [sic] entrar aqui”. A gente ia pro [sic] comércio e ela levava [o entrevistado], e ela ia margeando o bairro, mas não entrava nas ruas do bairro, porque no imaginário dela era um bairro de prostitutas, de ladrões, traficantes, e se tu entrasse ali era perdição. Então, para mim, eu acho que é a lembrança mais antiga que tenho do bairro: a minha mãe me proibindo de andar por lá (*Ro*).

Por janelas e portas, ruas e travessas, são marcantes os entrelaçamentos de vidas reimpressas pela força da memória. A Bailique é um desses lugares e, nas entrevistas sobre o bairro, essa rua apresentou-se como uma personagem de Campina, dentre tantas que habitam aquele espaço. Na obra de Ernesto Cruz, *Ruas de Belém*, reeditada em 1992, a Bailique é descrita como uma rua que recebeu esse nome – não aponta desde quando – em homenagem ao santo católico São José do Bailique, numa época em que

era comum as ruas e travessas de Belém, bem como muitas cidades do Pará, receberem nomes de cidades ou aldeias de Portugal. A Rua Bailique, anteriormente Aldeia e atualmente Ferreira Cantão, possui certo gosto de rebeldia misturada com juventude, sendo a esquina da rua antigo ponto de encontro dos jovens “arruaceiros” do bairro.

A famigerada Turma da Bailique é lembrada por alguns – contaram os entrevistados – a partir de um viés negativo, destacando-se a violência como elemento presente em suas ações. Mas, durante a escuta de algumas dessas pessoas que possuem estreita relação com Campina, percebeu-se que a Turma da Bailique era muito mais que um grupo de jovens envolvidos com cenas de violência: foi uma juventude que vivenciou o bairro da Campina, em suas dores e delícias, diante do panorama sociopolítico das décadas de 1970-1980.

No cotidiano daquele lugar foram tecidas relações entre distintos personagens, criando estereótipos e histórias fantásticas sobre Campina e colocando o bairro em um espectro que mistura admiração, nostalgia e tristeza. Na memória-patrimônio sobre o bairro, encontram-se o receio da mãe de que o filho fosse corrompido pelas “meretrizes” e “delinquentes” apenas por adentrar no espaço; a chegada de novas moças, não interessando qual o propósito da mudança, que causava *frisson* entre os rapazes; o restauro de uma residência, que passava a ser também um restaurante, com o nome da avó, uma imigrante que chegou a Belém e comprou em período conturbado do país uma casa do fim do século XIX, que ainda hoje tem traços originais preservados.

A memória entrelaça o espaço patrimonializado às relações intersubjetivas dos moradores do bairro e é costurada coletivamente e através do tempo, caracterizando o que a geografia denomina topofilia (o amor pelo lugar). Esse é um elemento presente nas relações que a maioria dos entrevistados demonstra. Contudo, em nenhuma hipótese foi algo homogêneo, indicando os múltiplos efeitos que a memória e o patrimônio possuem enquanto dispositivos de subjetivação.

Halbwachs (1990) salienta a íntima relação entre a memória coletiva, o tempo e o espaço, destacando a multiplicidade dos grupos que disputam a cidade e a dinâmica que as relações sociais impõem ao espaço, tendo nos objetos que compõem a cidade marcações temporais distintas.

Os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais. Com efeito, as cidades se transformam no curso da história (HALBWACHS, 1990, p. 94).

A construção da Belém da Saudade está intimamente relacionada às transformações físicas da cidade, anunciadas com a riqueza da borracha na Amazônia, em especial no bairro da Campina. São ruas e edificações que atuam como dispositivos de produção de subjetividades.

O segundo distrito constituía o Bairro da Campina, ou do Comércio, cujas construções antigas iam, aos poucos, sendo substituídas por novos e imponentes prédios modernos. É interessante observar como o ciclo do látex modificou as estruturas sociais desse antigo bairro de Belém, firmando-o como bairro comercial. A grande área que ficava entre os alagados do Piry – uma imensa área lamacenta cujo aterramento, a partir do século XVIII, determinou os rumos da evolução urbana da cidade – e a faixa litorânea, tradicionalmente Campina, logo se dividiu em dois setores razoavelmente demarcados: o Comércio, ou seja, a parte litorânea e mais antiga do bairro, e a Campina, a zona dos aterramentos que adentraram no velho Piry e o fizeram sumir (PARÁ, 1998, p. 24).

Os ventos da modernidade e reorganização urbana de fins do século XIX apontam para um período de extrema riqueza vivida pela elite belenense. Nesse cenário, a Campina transformou-se em bairro de diversão e lazer. A Praça da República e o Teatro da Paz, os cafés, os cinemas e a própria zona do meretrício compunham o quadro do que tornaria a Campina, nos dias de hoje, um lugar atravessado pela nostalgia e desalento diante do aspecto atual.

A Campina, como um microcosmo, sinaliza hibridações que ultrapassam sua condição patrimonial. Situada em um panorama macropolítico brasileiro de expansão urbana, o qual passou por “ondas de urbanização”, o bairro é marcado pela intensa imigração e migração, principalmente durante o século XIX, com o impulso socioeconômico promovido pelo comércio do látex na Amazônia. A beligerância da constituição da Campina também se faz presente no palco sangrento da Revolução Cabana (1835), a Praça Visconde do Rio Branco ou, como é popularmente conhecida, a Praça das Mercês.

Essa hibridação aponta processos transitórios e sua provisoriabilidade permite abandonar e entrar em recantos do cotidiano que podem ou não retomar memórias de lutas e práticas de sobrevivência. São estratégias do viver

que não seguem regras predeterminadas. Nesse movimento, criam-se lugares utópicos, os quais, para Michel Foucault (2013), nascem do interstício de narrativas, difíceis de localizar, pois não pertencem a tempo ou lugar nenhum. Entretanto, para ele, também existem lugares utópicos em toda a sociedade, que não podem ser situados em mapas e delimitados temporalmente:

Vejamos o que quero dizer. Não se vive em um espaço neutro e branco; não se vive, não se morre, não se ama no retângulo de uma folha de papel. Vive-se, morre-se, ama-se em um espaço quadriculado, recortado, matizado, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus de escada, vãos, relevos, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. Há regiões de passagem, ruas, trens, metrô; há regiões abertas de parada transitória, cafés, cinemas, praias, hotéis, e há regiões fechadas do repouso e da moradia (FOUCAULT, 2013, p. 19).

A imaterialidade da cidade mescla-se com suas formas duras, deixando passar objetos e lugares. Modos de ser e de fazer são investidos de história e memória, nos quais são tecidos afetos e singularizações do viver. Uma memória que se constitui coletivamente, agenciada por monumentos e práticas que se perpetuam no cotidiano, afetando os usos e desusos da cidade e até mesmo os seus “contra-usos” (FOUCAULT, 2013).

Os interstícios criados pela construção da memória coletiva do bairro da Campina como um recôndito da Belém da Saudade aludem a uma heterotopia do espaço. Isso se dá por meio do processo de presentificação (ULPIANO, 1995) daquilo que o bairro foi, é, e poderia ter sido. Assim, na sua condição de patrimônio cultural, a constituição de uma heterotopia ali se constitui pela projeção da sincronicidade de tempos distintos produzida pela lógica do espelhamento próprio das heterotopias e também pelo sistema de fechamento e abertura, filtrando corpos e modos de ser que afirmam essa Belém da Saudade. Por outro lado, essas memórias coletivas e dissidentes podem ser comparadas àqueles lugares utópicos, àqueles contraespaços que atualizam modos de ser que desorganizam a lógica da clausura do desvio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, buscou-se apresentar a relação entre efeitos de processos de patrimonialização e a formação de memórias coletivas como heterotopias, as quais funcionam ora como práticas hegemônicas, ora como práticas dissidentes, apresentando o desvio como força de reinvenção imaterial do

espaço e dos modos de subjetivação dos sujeitos. Nessa direção, o bairro da Campina, em seu aspecto material e imaterial, foi considerado um dispositivo desses modos de subjetivação dos sujeitos.

O espaço patrimonializado congrega uma constelação de forças em movimento. A crítica à história e à memória como continuidade e cristalização dos acontecimentos do vivido adequa-se à patrimonialização, sendo esta uma prática de poder e saber. Como tal, reside nela certa razão de Estado regulada pelo racismo de Estado, sobretudo por seu viés normalizador higienista.

O saudosismo anunciado na constituição da Belém da Saudade sugere tal questão. A constituição de espaços heterotópicos no espaço físico da Campina se entrelaça com a composição desse processo junto à memória coletiva sobre o bairro, na organização da Belém da Saudade, um “espaço outro” que atravessa e constitui os corpos que se relacionam com a Campina. Dessa maneira, vão sendo tecidas relações entre os sujeitos e o lugar moduladas pelo sistema de fechamento e abertura próprio das heterotopias, incidindo sobre os sujeitos.

Entretanto, ao se defrontar com as narrativas dos moradores e ex-moradores da Campina, identifica-se a complexidade que reside na trama patrimonial, a qual é amalgamada pela colcha de retalhos que é a memória coletiva sobre o bairro. Esse ponto persiste na memória com a potência dos afetos da Turma da Bailique; na afirmação de laços familiares no restauro e cuidado com um casario antigo; e no desejo de cuidar da cidade acionado pelo dispositivo da patrimonialização. Igualmente, nota-se na visibilização dos corpos historicamente marginalizados na Campina, que ali persistem e estabelecem contrausos naquele pedaço da cidade, forjando memórias dissidentes na multiplicidade de acontecimentos do cotidiano.

Por fim, entende-se que, sendo uma prática de poder e saber, a patrimonialização modula as relações entre os sujeitos e a cidade, que assumem a forma de heterotopias como memórias coletivas, criando territórios existenciais permeados por múltiplas possibilidades de constituição dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Germano Barrozo de. *Literatura e política em deleuze*: minoria, poder e democracia. Fortaleza: Bookmaker, 2015.

AUGÈ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: Edufal; São Paulo: Unesp, 2010.

- BARROS, José D'Assunção. História e memória: uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, Canoas, v. 3, n. 5, p. 35-67, 2009.
- BELÉM. *Código de Posturas da Intendência Municipal de Belém*: aprovado pelo decreto num. 247 de 18 de dezembro de 1890. Belém: Typ. d'A Republica, 1891.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1991.
- CANDIOTTO, César. *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Autêntica; Curitiba: Champagnat, 2010.
- COELHO, Geraldo Mártires. Prefácio. In: CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém*. Belém: Cejup, 1992. p. 5-7.
- CRUZ, Ernesto. *Ruas de Belém*. Belém: Cejup, 1992.
- DUSSEL, Inés. Foucault e a escrita da história: reflexões sobre os usos da genealogia. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 45-68, 2004.
- GUATTARI, Felix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1992.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 21. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- IPHAN. *Ata da 67ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural*. Brasília, DF: Iphan, 2011.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- MALHEIROS, Ubiraelcio da Silva. Belém e o Ver-o-Peso: seguindo os passos da modernidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 22., 2013, Belém. *Anais eletrônicos [...]*: Belém: Anpad, 2013. p. 910-924. Disponível em: <http://www.anpap.org.br/anais/2013/ANAIS/ANAIS.html>. Acesso em: 2 fev. 2015.

NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. *A genealogia da moral*. São Paulo: Centauro, 2002.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PARÁ. Secretaria de Cultura. *A memória de Belém do início do século em cartões-postais*. 2. ed. Belém: Secult, 1998.

PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 101-125.

PINTO, Alejandra Aguilar. A patrimonialização da memória social: uma forma de domesticação política das memórias dissidentes ou indígenas? *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n. 3, p. 273-283, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

ULPIANO, Cláudio. *Aula de 12/09/1995*: o atual e o virtual ou o objetivo, o subjetivo e o fora. [S. l.: s. n.], 1995. Disponível em: <https://acervoclaudioulpiano.com/2018/06/04/aula-de-12091995-o-atual-e-o-virtual-ou-o-objetivo-o-subjetivo-e-o-fora-2-2/>. Acesso em: 10 jul. 2020.

VENSON, Anamaria Marcon; MARIA PEDRO, Joana. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 125-139, 2012.

